



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
19ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BELÉM, PARÁ
MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
19ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidos na Portaria CGU nº 133/2013.

BELÉM, PARÁ
MARÇO/2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

19ª SRPRF – 19ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
BR – Rodovia federal brasileira
CADA – Comissão de Análise de Defesa de Autuação
CG – Corregedoria Geral
CGA – Coordenação Geral de Administração
CGO – Coordenação Geral de Operações
CGPLAM – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH – Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU – Controladoria-Geral da União
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DIPAG – Divisão de Pagamento
DN – Decisão Normativa
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IN – Instrução Normativa
JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infração
KM – Unidade de medida em quilômetros
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
Mem. – Memorando
MJ – Ministério da Justiça
NMP – Núcleo de Multas e Penalidades
OS – Ordem de Serviço
Port. – Portaria
PPA – Plano plurianual
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RG – Relatório de gestão
RNTRC – Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Carga
SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal
SIGER – Sistema Gerencial de Informações
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCOM – Sistema de Controle de Multas
SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização
SPIU – Sistema de Patrimônio Imóvel da União
SPU – Superintendência de Patrimônio da União
SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UOP – Unidade Operacional
VTR – Viatura

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro 1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro 1.3.1 – Organograma Funcional da UJ.....	14
Quadro 2.1.3 – Metas por Delegacia/dia.....	22
Quadro 2.1.1.1 – Decréscimo do efetivo policial da UJ	24
Quadro 2.1.3.1.1 – Taxa de mortalidade	25
Quadro 2.1.3.3.1 – Pessoas Detidas	27
Quadro 2.1.3.3.2 – Veículos recuperados	28
Quadro 2.1.3.3.3 – Apreensões de drogas.....	28
Quadro 2.1.3.3.4 – Apreensões de contrabando/descaminho	28
Quadro 2.1.3.3.5 – Apreensões de armas	29
Quadro 2.1.3.3.6 – Ocorrências de crimes ambientais.....	29
Quadro 2.2.2.1 – Ação 2000 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social	32
Quadro 2.2.2.2 – Ação 2723 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social	33
Quadro 2.2.2.3 – Ação 8698 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social	34
Quadro 2.2.2.4 – Ação 20IC – Orçamento Fiscal e Seguridade Social	35
Quadro 2.2.2.5 – Ação 7U23 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social	36
Quadro 2.2.2.6 – Ação 2907 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social	37
Quadro 2.2.2.7 – Ação 20UB – Orçamento Fiscal e Seguridade Social.....	38
Quadro 2.2.2.8 – Ação 14VN – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.....	38
Quadro 2.2.3.1 – Ação 2346 – Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar.....	40
Quadro 3.1.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ	41
Quadro 3.2.1 – Comparativo do número de denúncias entre 2012 e 2013	43
Quadro 3.2.2 – Entradas e saídas de processos em 2013	44
Quadro 3.2.3 – Processos pendentes em 2012 e 2013	44
Quadro 4.1.1.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	46
Quadro 4.1.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	47
Quadro 4.1.2.2.1 – Despesas por grupo e natureza de despesa – créditos de movimentação.....	48
Quadro 4.2.1.1 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	49
Quadro 5.1.1.1 – Força de Trabalho na UJ – situação apurada em 31/12.....	50
Quadro 5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho na UJ.....	51
Quadro 5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).....	52

Quadro 5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (situação apurada em 31/12)	52
Quadro 5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (situação apurada em 31/12)	52
Quadro 5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	54
Quadro 5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	56
Quadro 5.1.4.2 – Instituidores de Pensão (situação apurada em 31/12)	56
Quadro 5.1.5.1 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)	56
Quadro 5.1.5.2 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007).....	57
Quadro 5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (art. 14 da IN TCU 55/2007).....	58
Quadro 5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.....	59
Quadro 5.2.2 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	61
Quadro 5.2.3 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	62
Quadro 6.2.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	65
Quadro 6.2.2 – Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ	66
Quadro 8.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	69
Quadro 11.1.1 – Operações realizadas em 2013	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	10
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	10
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	11
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	14
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	19
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS	19
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE	21
2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE	21
2.1.1. Estratégias de Atuação	23
2.1.2. Execução do plano de metas e ações	24
2.1.3. Indicadores utilizados	25
2.1.3.1. Taxa de mortalidade e acidentes graves	25
2.1.3.2. Índice de interdição de rodovia	26
2.1.3.3. Criminalidade nas Rodovias Federais	27
2.1.3.4. Percepção de segurança dos usuários das rodovias federais	30
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	31
2.2.1. Programas Temáticos	31
2.2.2. Ações	32
2.2.3. Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar Não Processados	40
2.2.3.1. Ação 2346 – restos a pagar não processados	40
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DE GESTÃO	41
3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	41
3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO	43
3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N° 1.043/2007 DO TCU	44
4. TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	46
4.1. EXECUÇÃO FINANCEIRA	46
4.1.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa	46
4.1.2. Realização de despesa	47

4.1.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	47
4.1.2.2 – Despesas por grupo e natureza de despesa – créditos de movimentação	48
4.1.2.3. Análise Crítica	48
4.2. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49
4.2.1. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	49
4.2.2. Análise crítica	49
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	50
5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	50
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada	50
5.1.1.1. Lotação	50
5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	51
5.1.2. Qualificação da força de trabalho	52
5.1.2.1 Estrutura de cargos e funções.....	52
5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	52
5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	52
5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	54
5.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	56
5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	56
5.1.4.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	56
5.1.5. Cadastramento no SISAC	56
5.1.5.1. Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	56
5.1.5.2. Atos sujeitos à comunicação ao TCU	57
5.1.5.4. Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.....	58
5.1.6. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	58
5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	58
5.1.8. Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos	58
5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	59
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	59
5.2.2. Informações sobre a contratação de serviço de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	61

5.2.3. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	62
5.2.4. Análise crítica dos itens 5.2.2 e 5.2.3	63
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	64
6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS... ..	64
6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	65
6.2.2. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	66
7. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	67
7.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	67
7.2. POLÍTICA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS.....	68
7.3. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	68
8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	69
8.1. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	69
8.1.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	69
8.2. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	70
9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	71
10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	72
10.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	72
10.1.1. NBC T 16.9.....	72
10.1.2. NBC T 16.10	72
10.1.3. Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto nos itens 10.1.1 e 10.2.2	73
10.1.4. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ.....	73
10.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	74
11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	75
11.1. INFORMAÇÕES NÃO EXIGIDAS NO ANEXO II DA DN 127/2013 QUE SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.....	75

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal referente ao exercício 2012 está estruturado em 09 partes, conforme descrição a seguir: Identificação da Unidade Jurisdicionada; Planejamento da Unidade; Estruturas de Governança e Autocontrole da Gestão; Tópicos Especiais de Execução Orçamentária e Financeira; Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados; Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas; Relacionamento com a Sociedade; e Informações Contábeis.

Dos itens da parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013, foram suprimidos deste relatório por não serem aplicáveis a esta UJ ou não ocorreram, os itens: 2.3, 3.3, 3.6, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 6.3, 9.3 e 9.6.

O item 7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, não foi preenchido em sua totalidade, pois a gestão é realizada pela Unidade central do DPRF.

Os subitens suprimidos por não se aplicarem à realidade desta UJ estão devidamente explicitados nos itens correspondentes.

Não se aplicam a esta UJ, ainda, todos os itens da parte “B” do Anexo II da DN TCU nº 127/2013.

O exercício de 2013 foi novamente marcado por uma perda considerável do efetivo da Regional (cerca de 20%), o que contribuiu sobremaneira para mitigar nossas ações ao longo dos quase 5.000 km de rodovias federais no estado, agravado pelo fato de que a PRF está arcando com o ônus de comportar em sua circunscrição inúmeras cidades cujos gestores se omitem em assumir a causa da segurança do trânsito, contribuindo de forma decisiva para um clima de desordem que beira o caos nos sítios urbanos: ausência de placas de sinalização, ausência de fiscalização, veículos transitando sem o devido registro e licenciamento, motocicletas sem placas, motociclistas e passageiros (no plural mesmo) sem capacetes, desrespeito às regras de circulação, manobras arriscadas, menores pilotando motocicletas, não uso do cinto de segurança, etc. Somado a isso, a Regional precisou ceder servidores para atuarem durante a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude. Entretanto, ao analisarmos os resultados operacionais de 2013, iremos nos defrontar com números altamente satisfatórios naquela que é a principal missão da PRF: a preservação de vida. Ressaltamos a diminuição em -5,13% da Taxa de Mortalidade e em -11,16% da Taxa de Acidentes Graves no âmbito da UJ. É incontestável que esses resultados são frutos de um aumento na fiscalização e o maior rigor da “Lei Seca”, já que a sensação de impunidade caiu drasticamente entre os usuários.

Para 2014 o maior objetivo da administração é prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades, permitindo dar melhores condições de trabalho ao nosso efetivo. Alojada em um prédio construído na década de 70, a Sede Administrativa já não comporta satisfatoriamente todas as Seções e Núcleos, que reclamam por mais espaço e estrutura mais adequadas às novas exigências da moderna administração. Diante disso os gestores estão em entendimentos com a SPU – Secretaria do Patrimônio da União para aquisição da área que pertencia à TABA – Transportes Aéreos da Bacia Amazônica, localizada na Av. Dr. Freitas, com cerca de 22.000 m², que nos possibilitará, inclusive, a instalação de uma base da DOA – Divisão de Operações Aéreas. Além disso, é imprescindível que concretizemos a reforma de nossos pontos de apoio e a construção das Unidades Operacionais de Santarém, Campos Verdes (situada no entroncamento das BRs 163 e 230) e Novo Progresso, bem como a reativação da Unidade Operacional de Redenção e implementar a operacionalização da UP de São Geraldo do Araguaia. Outra demanda que urge providências é o melhoramento dos pátios das Unidades Operacionais (construção de pavimento e muro; instalação de vídeo monitoramento, etc) para abrigar com segurança os veículos retidos e apreendidos.

Responsável pela fiscalização das rodovias federais no segundo maior estado da federação, a qualidade da comunicação é determinante para o sucesso da nossa missão. Esse objetivo poderá ser

alcançado com a recém contratação de manutenção de torres, mudança na velocidade de transmissão de dados de 128 Kbps para 1 megabit nos postos e de 256 Kbps para 2 megabits nas Delegacias, conforme o planejamento da Coordenação Geral de Planejamento e Modernização (CGPLAM), setor responsável pela parte de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do DPRF, e que se localiza em Brasília. Aliado a isso promovemos a substituição dos desktops, que constantemente apresentavam queima em seus componentes devido à instabilidade da corrente elétrica e raios, por notebooks, o que facilitará em muito a manutenção do nosso sistema informático.

Finalmente, para “Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”, queremos focar uma gestão de pessoas bem executada visando impulsionar a instituição a obter melhor desempenho e resultados satisfatórios, permitindo que o círculo virtuoso da valorização profissional e da auto motivação se perpetuem intensificando o orgulho de “pertencer à PRF” fortalecendo seus valores institucionais

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro 1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: 19ª SRPRF/PA			
Código SIORG: 2826	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200111
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0106-03	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3321-1900	(091) 3321-1901	(091) 3321-1903
Endereço Eletrônico: sup.pa@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: Travessa Dom Pedro I, nº 52 – bairro Umarizal – CEP 66.050-100 – Belém, Pará			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Constituição Federal, art. 144; Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro)</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<i>Decreto nº 1.655, de 03/10/1995 e Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1,375 de 02/08/2007, do senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U. De 06/08/2007.</i>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A Polícia Rodoviária Federal - PRF tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de segurança pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e, também, o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nesta região típica de fronteira, o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, crimes ambientais, crimes contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do Senhor Ministro da Justiça, o qual será apresentado no próximo campo – organograma funcional.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, como aduz o Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso II, §2º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - Polícia Rodoviária Federal

...

2º A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Transito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações

não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal:

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A,

observada a correlação disposta no Anexo II-A. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes: (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

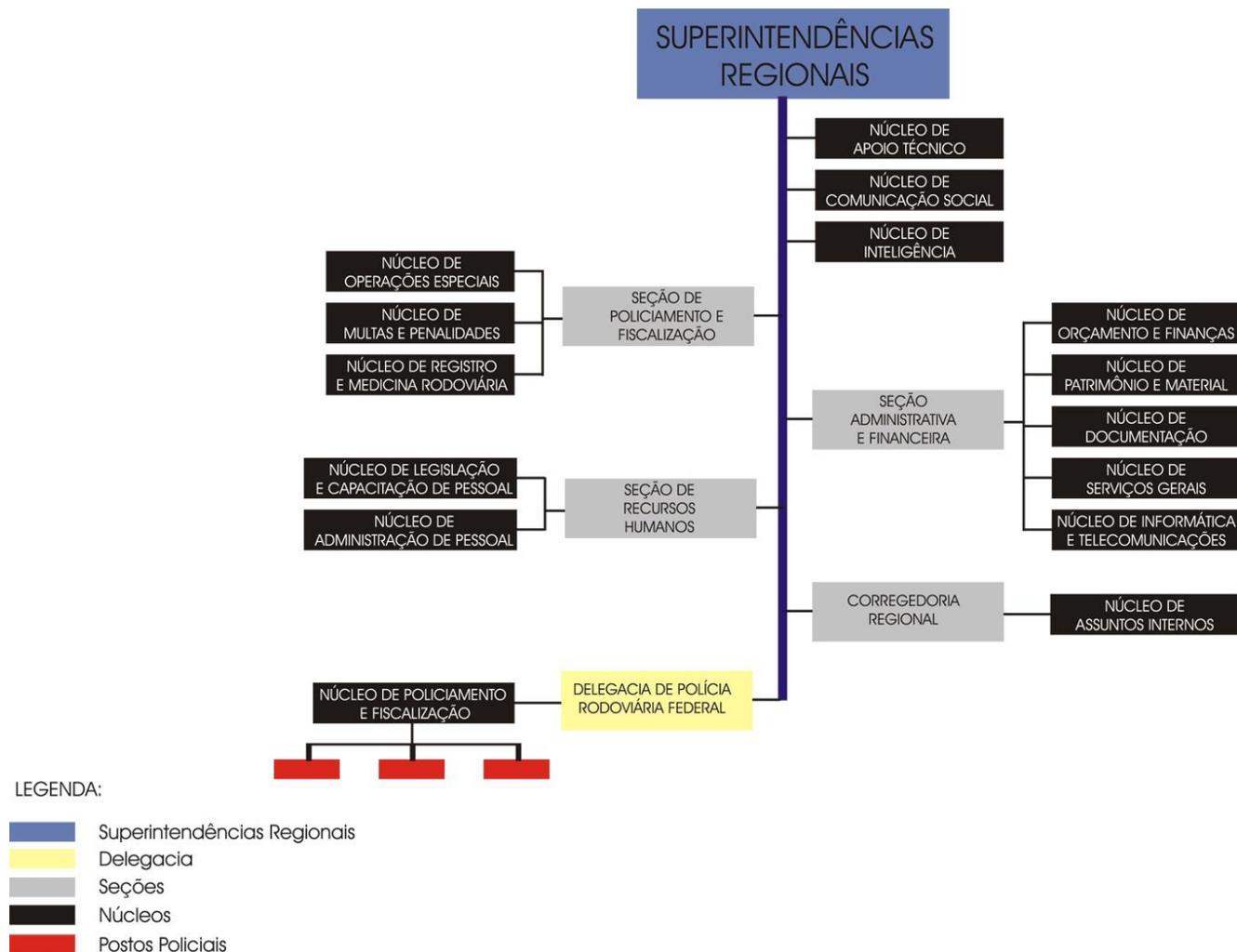
III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 2º As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012).

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Quadro 1.3.1 – Organograma Funcional da UJ



1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Cordialidade, Honestidade, Equidade, Proatividade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública

nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia. Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
- 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
- 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
- 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais

a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou lhe causando lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios preestabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia

Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos

considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma ideia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

1. Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
2. Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
3. Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
4. Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

O trabalho da PRF, via de regra, sempre conta com a parceria de outros órgãos, senão vejamos: no campo do combate à criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto, em que temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia a dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrados em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Na Regional, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF e o Ministério Público se apoiam mutuamente. Do mesmo modo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar figuram com parceiros de todas as emergências.

Durante o ano de 2013 foi firmado um importante Acordo de Cooperação entre a PRF e o Ministério Público do Pará e Ministério Público Federal para implantação do Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO, elaborado pela PRF, com a finalidade de dar mais agilidade nos procedimentos de ocorrências de crime de menor poder ofensivo.

Existe outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo como principal alvo os motoristas profissionais, além do atendimento psicológico aos nossos servidores.

Além desses, a PRF no Estado do Pará tem agido em parceria com o ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, Ministério da Fazenda, SPU – Secretaria do Patrimônio da União, Tribunal Regional do Trabalho, à ARCON, às Forças Armadas, ANVISA, ANATEL, PROVITA,

Secretaria da Presidência da República, Defesa Civil, dentre outras instituições.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE

2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE

Considerando que a Lei Federal nº 12.593/2012 que instituiu o PLANO PLURIANUAL (PPA) para o período 2012/2015 e estabeleceu metas de fiscalização de pessoas, veículos, testes de alcoolemia e educação para o trânsito para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF/MJ, conforme Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania – Objetivos 0825 e 0833. CONSIDERANDO a necessidade de alinhar as ações operacionais a serem desenvolvidas pelas Regionais às diretrizes da Coordenação Geral de Operações – CGO para o alcance dos objetivos e metas do Plano Estratégico Institucional. CONSIDERANDO a necessidade do alcance dos resultados pela 19ª SRPRF/PA, no que tange a redução da violência no Trânsito, a livre circulação nas rodovias, a redução da criminalidade e violência no País e a percepção de Segurança dos usuários das rodovias federais. CONSIDERANDO a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020), proposta pela Organização das Nações Unidas – ONU, referendada pelo Brasil, cuja meta é reduzir 50% as mortes em acidente de trânsito. CONSIDERANDO as ações, objetivos e resultados estabelecidos no Plano Nacional de Enfrentamento a Violência no Trânsito para a década 2011-2020. CONSIDERANDO a participação da Polícia Rodoviária Federal nos Planos de Governo, em especial o Plano de Enfrentamento aos Crimes de Fronteira, com participação do efetivo da Regional na Operação Sentinela. CONSIDERANDO que a redução da Taxa de Variação de Acidentes e a Taxa de Mortalidade são os indicadores de resultados estabelecidos nos programas de Governo acima mencionado. CONSIDERANDO que os Procedimentos de Fiscalização, entre outros, são indicadores operacionais estabelecido pela Coordenação Geral de Operações – CGO, para avaliação das superintendências. CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para alocação de recursos entre as Seções, Delegacias, Núcleos e Comissões. A CGO – Coordenação Geral de Operações estabeleceu as diretrizes para a elaboração do Planejamento Tático e Planejamentos Operacionais da Polícia Rodoviária Federal para o Exercício 2013.

A partir das diretrizes estabelecidas pela IS nº 001/2013/CGO, e após a consolidação dos planejamentos elaborados pelas cinco Delegacias da 19ªSRPRF/PA, foi elaborado o Planejamento Operacional da Regional, o que possibilitou dar uma resposta positiva e mais próxima dos anseios da sociedade onde a instituição atua com a certeza de que não podemos e nem devemos mais atuar sem diretrizes ou amadoristicamente. Devemos nos antecipar aos acontecimentos e formar uma nova polícia em que as ações deverão ser pautadas pelo compromisso com a sociedade e somente com a profissionalização das ações poderemos chegar à excelência.

O Planejamento Estratégico da UJ definiu a declaração de missão, visão de futuro e valores da Instituição:

1. Missão da Polícia Rodoviária Federal:

Garantir Segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de Interesse da União.

2. Visão da Polícia Rodoviária Federal:

Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e indução de políticas de segurança e cidadania.

3. Valores da Polícia Rodoviária Federal:

Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

Em seguida foi feito uma análise situacional de cada delegacia para subsidiar a elaboração do planejamento com base nas especificidades de cada descentralizada.

Com o desdobramento das metas da atividade finalística até as Unidades Desconcentradas por meio da Instrução de Serviço nº 001/13 - CGO, de 02/01/2013, restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ, que foram distribuídas para as delegacias da seguinte forma:

Quadro 2.1.1 – Metas operacionais de 2013 – 19ª SRPRF/PA

PESSOAS	VEÍCULOS	ETILÔMETROS	EDUCAÇÃO/TRÂNSITO
294.800	294.800	7.952	14.696

Fonte: CGO/DPRF e SPF/PA

Quadro 2.1.2 – Metas operacionais de 2013 por Delegacia

Delegacia	Pessoas	Veículos	Etilômetros	Ed. Trânsito
1ª DEL	147.400	147.400	39.776	7.348
2ª DEL	63.171	63.171	17.047	3.149
3ª DEL	42.114	42.114	11.365	2.099
4ª DEL	14.038	14.038	3.788	700
5ª DEL	28.076	28.076	7.576	1.400
TOTAL	294.800	294.800	79.552	14.696

Fonte: CGO/DPRF e SPF/PA

Quadro 2.1.3 – Metas por Delegacia/dia

Delegacia	Pessoas	Veículos	Etilômetros	Ed. Trânsito
1ª DEL	404	404	109	20
2ª DEL	173	173	47	9
3ª DEL	115	115	31	6
4ª DEL	38	38	10	2
5ª DEL	77	77	21	4
TOTAL	807	807	218	40

Fonte: CGO/DPRF e SPF/PA

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SISTEMA SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerenciais, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia de Policiamento da Delegacia ou o próprio chefe de Delegacia faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas ao longo do dia e do trecho. O acompanhamento também é feito pelo sistema de monitoramento de viaturas, que através do equipamento GPS instalado nas viaturas, informa em tempo real a sua localização.

Além desse planejamento da ação diária, têm-se também o calendário de feriados e festas nacionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado

pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias, principalmente nos feriados nacionais.

Quadro 2.1.4 – Calendário Nacional de Operações – 2013

OPERAÇÕES NACIONAIS	PERÍODO		HORÁRIO / DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
CARNAVAL	08/02/13	13/02/13	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
1º COMANDO DE SAÚDE	20/03/13	20/03/13	QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	28/03/13	31/03/13	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
2º COMANDO DE SAÚDE	15/05/13	15/05/13	QUARTA-FEIRA	
ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17/05/13	19/05/13	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
COPA DAS CONFEDERAÇÕES (1)	15/06/13	30/06/13	SÁBADO À DOMINGO	
CORPUS CHRISTI	29/05/13	02/06/13	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
PRÉ-JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE (2)	16/07/13	20/07/13	TERÇA-FEIRA À SÁBADO	
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE (3)	23/07/13	28/07/13	TERÇA-FEIRA À DOMINGO	
3º COMANDO DE SAÚDE	14/08/13	14/08/13	QUARTA-FEIRA	
SEMANA NACIONAL DO TRÂNSITO	18/09/13	25/09/13	QUARTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/13	13/10/13	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
4º COMANDO DE SAÚDE	23/10/13	23/10/13	QUARTA-FEIRA	
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/13	17/11/13	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
FIM DE ANO	20/12/13	05/01/14	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	

Fonte: CGO/DPRF

2.1.1. Estratégias de Atuação

Como já citado anteriormente, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos dois fatores críticos de acidentes graves mais comuns, excesso de velocidade e ultrapassagem indevida. A fiscalização rigorosa dessas duas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

Aliada a essa fiscalização, foi estabelecida estratégia de manter intenso diálogo com a imprensa a fim de sensibilizar a sociedade quanto aos riscos que envolvem a direção veicular em rodovias, bem como o papel protagonista que cabe ao motorista na construção de um trânsito mais seguro e de divulgação do papel da PRF, sendo que foram conseguidas cerca de 861 inserções na imprensa televisiva e escrita (incluindo a virtual) de notícias sobre a UJ.

O Comando e Controle foi fundamental para o acompanhamento das ações, ocorrências e monitoramento. Todas as ocorrências de relevância, bem como manifestações sociais foram imediatamente comunicadas a Central de Informações Operacionais, a qual difundiu a informação para a Central Nacional e para as chefias imediatas, o que permitiu intervenção adequada e rápida.

A Educação para o trânsito foi realizada em duas vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas, empresas, etc.

Na outra vertente, estrategicamente em cada abordagem, aplicou-se o projeto do Cinema Rodoviário, onde o condutor infrator após ser notificado da infração cometida é encaminhado para assistir vídeos educativos, oportunidade de reflexão e mudança de comportamento. Embora haja autuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da Instituição com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao

longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, exceção se faz para os perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento. Naturalmente a PRF aproveitou essa excelente oportunidade para maximizar seus resultados.

Não raro, essas abordagens culminaram, também, em ações de combate ao crime, pois delas podem surgir e surgiram desdobramentos vários de prisões, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade, o policiamento ostensivo tem o condão de promover segurança em sua plenitude, seja segurança e fluidez do trânsito ou o enfrentamento à criminalidade.

Na verdade, verificou-se que o elemento mais forte de enfrentamento a violência é a fiscalização, pois o crime também circula, tanto pela locomoção de criminosos, quanto pela movimentação de produtos ilícitos.

Apesar dos objetivos institucionais terem sido alcançados há dificuldade estruturais no suporte a atividade-fim que não forma resolvidos a contento no exercício relatado e demandará correção em 2014 e exercícios seguintes.

Além desses gargalos, há também uma boa oportunidade de melhoria em alinhar mais o efetivo com a estratégia de atuação, a qual muitas vezes não traz todo o glamour da atividade policial tradicionalmente apresentadas pela TV e pelo cinema: prisões, viaturas em alta velocidade realizando manobras cinematográficas, entre outras.

A PRF tem o DNA preventivo. Embora tenha sido preparada ao longo dos anos para o enfrentamento a criminalidade com ações e táticas especiais, o dia a dia reclama mais ações preventivas que repressivas. A meta está na fiscalização e não na autuação, na prisão, na apreensão. A fiscalização bem realizada, respeitosa, como foco definido por levantamentos estatísticos é fundamental para o aparecimento do principal resultado, qual seja: SALVAR VIDAS.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial, de cada servidor, com essa filosofia foi trabalhada no exercício, mas merece ganhar contorno mais forte nos anos seguintes.

Outra iniciativa que teve seu ciclo devidamente completado no exercício foi o Leilão de veículos de terceiros, como também das próprias viaturas da instituição que não preenchem os critérios para continuar em operação.

O maior dos gargalos, no entanto, está na força de trabalho muito aquém das demandas, conforme retrata o quadro a seguir:

Quadro 2.1.1.1 – Decréscimo do efetivo policial da UJ

EFETIVO 19ª SRPRF/PA	
DEZ/2012	DEZ/2013
408	335

Fonte: SIAPE

Este, certamente, é o maior óbice para o pleno desenvolvimento de nossas atividades e tem comprometido seriamente nossos objetivos.

2.1.2. Execução do plano de metas e ações

Esta UJ realizou uma série de Operações e ações no exercício a fim dar cumprimento ao plano de ação e atingimento das metas estabelecidas, conforme listagem no item 12.1, no Anexo I deste Relatório.

2.1.3. Indicadores utilizados

2.1.3.1. Taxa de mortalidade e acidentes graves

O presente indicador é baseado no programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania, como um dos norteadores da sensação de segurança nas estradas federais brasileiras.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

Conforme quadro a seguir, nota-se a diminuição em -5,13% da Taxa de Mortalidade e em -11,16% da Taxa de Acidentes Graves no âmbito da UJ.

Quadro 2.1.3.1.1 – Taxa de mortalidade

Mês	2012	2013	VAR % 12-13
Janeiro	14	12	-14,29%
Fevereiro	10	14	40,00%
Março	19	10	-47,37%
Abril	14	16	14,29%
Maio	12	21	75,00%
Junho	17	10	-41,18%
Julho	19	13	-31,58%
Agosto	14	16	14,29%
Setembro	24	19	-20,83%
Outubro	17	23	35,29%
Novembro	15	16	6,67%
Dezembro	20	15	-25,00%
Totais	195	185	-5,13%

Fonte: SIGER e NURAM/PA

Quadro 2.1.3.1.2 – Taxa de acidentes graves

Mês	2012	2013	VAR % 12-13
-----	------	------	-------------

Janeiro	138	99	-28,26%
Fevereiro	115	86	-25,22%
Março	129	111	-13,95%
Abril	119	86	-27,73%
Mai	105	125	19,05%
Junho	124	98	-20,97%
Julho	133	111	-16,54%
Agosto	114	125	9,65%
Setembro	115	119	3,48%
Outubro	126	123	-2,38%
Novembro	98	105	7,14%
Dezembro	135	101	-25,19%
Totais	1451	1289	-11,16%

Fonte: SIGER e NURAM/PA

2.1.3.2. Índice de interdição de rodovia

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o **Índice de Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

No comparativo entre 2012 e 2013, o número de interdições de rodovia ocorridos no âmbito desta UJ cresceu em 106,67%.

Quadro 2.1.3.2.1 – Índice de interdição de rodovia

Interdição de Rodovias			
Mês	2012	2013	VAR %
Janeiro	3	2	-33,33%
Fevereiro	3	4	33,33%
Março	6	4	-33,33%
Abril	5	14	180,00%
Mai	7	4	-42,86%

Junho	6	16	166,67%
Julho	0	26	100,00%
Agosto	5	15	200,00%
Setembro	6	11	83,33%
Outubro	3	16	433,33%
Novembro	4	9	125,00%
Dezembro	12	3	-75,00%
Totais	60	124	106,67%

Fonte: BR-Brasil

2.1.3.3. Criminalidade nas Rodovias Federais

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores **Pessoas Detidas**, **Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

Quadro 2.1.3.3.1 – Pessoas Detidas

Pessoas Detidas			
Mês	2012	2013	Δ 12/13
Janeiro	118	106	-10,17%
Fevereiro	127	85	-33,07%
Março	103	119	15,53%
Abril	93	101	8,60%
Maio	99	77	-22,22%
Junho	60	23	-61,67%
Julho	66	37	-43,94%
Agosto	37	35	-5,41%
Setembro	69	65	-5,80%
Outubro	76	65	-14,47%
Novembro	80	79	-1,25%
Dezembro	117	93	-20,51%

Totais	1045	885	-15,31%
---------------	-------------	------------	----------------

Fonte: ROD Online

Quadro 2.1.3.3.2 – Veículos recuperados

Veículos Recuperados			
Mês	2012	2013	Δ 12/13
Janeiro	12	4	-66,67%
Fevereiro	10	6	-40,00%
Março	17	10	-41,18%
Abril	23	14	-39,13%
Maiο	16	11	-31,25%
Junho	6	4	-33,33%
Julho	5	11	120,00%
Agosto	9	7	-22,22%
Setembro	5	6	20,00%
Outubro	8	2	-75,00%
Novembro	10	7	-30,00%
Dezembro	8	8	0,00%
Totais	129	90	-30,23%

Fonte: ROD Online

Quadro 2.1.3.3.3 – Apreensões de drogas

Ocorrência de Apreensão de Drogas			
Mês	2012	2013	Δ 12/13
Janeiro	13	28	115,38%
Fevereiro	22	10	-54,55%
Março	33	29	-12,12%
Abril	28	9	-67,86%
Maiο	36	12	-66,67%
Junho	15	2	-86,67%
Julho	9	8	-11,11%
Agosto	4	3	-25,00%
Setembro	9	13	44,44%
Outubro	15	17	13,33%
Novembro	12	10	-16,67%
Dezembro	27	1	-96,30%
Totais	223	142	-36,32%

Fonte: ROD Online

Quadro 2.1.3.3.4 – Apreensões de contrabando/descaminho

Ocorrência de Apreensão de Contrabando/Descaminho			
Mês	2012	2013	Δ 12/13
Janeiro	11	0	-100,00%
Fevereiro	7	5	-28,57%
Março	6	3	-50,00%
Abril	6	3	-50,00%
Mai	3	3	0,00%
Junho	2	0	-100,00%
Julho	0	1	100,00%
Agosto	1	0	-100,00%
Setembro	3	1	-66,67%
Outubro	0	1	100,00%
Novembro	1	1	0,00%
Dezembro	5	0	-100,00%
Totais	45	18	-60,00%

Fonte: ROD Online

Quadro 2.1.3.3.5 – Apreensões de armas

Apreensão e Recolhimento Armas			
Mês	2012	2013	Δ 12/13
Janeiro	15	9	-40,00%
Fevereiro	5	3	-40,00%
Março	9	16	77,78%
Abril	7	9	28,57%
Mai	2	7	250,00%
Junho	12	8	-33,33%
Julho	2	6	200,00%
Agosto	7	3	-57,14%
Setembro	3	32	966,67%
Outubro	12	2	-83,33%
Novembro	4	8	100,00%
Dezembro	8	2	-75,00%
Totais	86	105	22,09%

Fonte: ROD Online

Quadro 2.1.3.3.6 – Ocorrências de crimes ambientais

Crimes Ambientais			
Mês	2012	2013	Δ 12/13
Janeiro	14	9	-35,71%
Fevereiro	17	10	-41,18%
Março	23	20	-13,04%

Abril	20	30	50,00%
Maio	16	5	-68,75%
Junho	37	5	-86,49%
Julho	7	9	28,57%
Agosto	7	5	-28,57%
Setembro	5	11	120,00%
Outubro	6	8	33,33%
Novembro	7	20	185,71%
Dezembro	27	57	111,11%
Totais	186	189	1,61%

Fonte: ROD Online

2.1.3.4. Percepção de segurança dos usuários das rodovias federais

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de pesquisas quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

No ano de 2013 foram realizadas duas pesquisas que buscaram aferir o indicador em questão. A primeira foi resultado do Acordo de Cooperação nº 004/13 firmado entre Polícia Rodoviária Federal e a Empresa de Planejamento e Logística – EPL, que teve como objetivo um completo estudo de pesquisa análise e diagnóstico dos gargalos da infraestrutura de transportes de cargas e passageiros no território nacional, além de propor soluções para as demandas de transportes na sociedade. No Pará, a pesquisa foi realizada em três etapas distintas, nas Unidades Operacionais de Castanhal, Santarém, Marabá, Santa Maria do Pará, Altamira, Dom Eliseu e Ipixuna do Pará. A dinâmica da pesquisa consistia na abordagem dos veículos selecionados pelo policial, em seguida pesquisadores da Empresa aplicavam um questionário de perguntas e respostas para os condutores. O resultado da pesquisa ainda não foi divulgado.

A segunda foi a Pesquisa Segurança Rodoviária 2013, era uma pesquisa de opinião junto ao público externo da PRF, com a finalidade de medir diversos indicadores, como percepção de segurança, imagem corporativa e satisfação com produtos e serviços oferecidos a sociedade. Aproximadamente 18 mil usuários foram entrevistados em todo o país, cuja dinâmica consistia na abordagem do veículo selecionado por um policial fardado, em seguida, um policial à paisana aplicava um questionário de perguntas e respostas sobre a PRF para o condutor. Os dados da pesquisa ainda não foram divulgados pela Coordenação Geral de Operações – CGO.

2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1. Programas Temáticos

Quadro 2.2.1.1 – Programa Temático 2070

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2070				
Título	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2013)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
4.356.533,15	3.439.338,43	3.439.338,43		917.194,72	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2013	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	345.866,57	283.492,82	283.492,82	49.869,15	12.504,60
Processados					
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Quadro 2.2.1.2 – Programa Temático 2075

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2075				
Título	TRANSPORTE RODOVIÁRIO				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS					
Orçamento de Investimentos - OI					
Outras Fontes					
Total					
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
		g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2013)		

e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada		h.1)Processados	h.2) Não Processados	i)Despesa Realizada
285.872,13				285.872,13	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	11.897,99	11.788,98	11.788,98	109,01	
Processados					

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013				
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes

2.2.2. Ações

Quadro 2.2.2.1 – Ação 2000 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça		Código: 2112	Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	30107					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		2.995.097,13	2.581.556,75	2.581.556,75		413.540,38
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
84.651,79	63.260,39	21.391,40				

A finalidade desta Ação é constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar,

aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

Os recursos desta Ação foram destinados às atividades de manutenção e apoio à atividade fim do órgão, sobretudo no pagamento de diárias e passagens administrativas, aquisição de mobiliário e aparelhos de ar condicionado para os postos e delegacias, pagamento de contratos de terceirização de mão de obra (limpeza e vigilância) e manutenção de aparelhos, aquisição de material de expediente.

Quadro 2.2.2.2 – Ação 2723 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	2723		Tipo: Atividade			
Título	Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
Iniciativa	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Objetivo	Procedimento realizado		Código:			
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		2.509.980,73	2.333.655,46	2.333.655,46		176.325,67
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
260.301,67	223.439,70	6.249,60				

A finalidade desta Ação é a composição e manutenção de equipes de saúde, unidades de suporte básico e avançado de vida, destinadas ao atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignatários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações da PRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade supracitada; aquisição de materiais e equipamentos relacionados à finalidade da ação; execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações

com cães; planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação; realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias; pagamento de diárias e passagens, aquisição de material didático; aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais destinadas às atividades da Polícia Rodoviária Federal; coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros; locação de veículos e aquisição de equipamentos de inteligência; mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna; realização de operações policiais e especiais sistemáticas para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais, realizadas isoladamente ou integradas com outros Órgãos, como Polícia Federal, Polícias Judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, entre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Os recursos desta Ação foram destinados ao atingimento do objetivo, através da aquisição de materiais de uso nas atividades de policiamento e fiscalização, notadamente materiais de sinalização (cones e balizadores), bem como no pagamento de contratos de manutenção e abastecimento de viaturas. Também foram utilizados recursos desta Ação para o pagamento de diárias a servidores em deslocamentos de cunho operacional, em missões policiais diversas, ressaltando em especial as operações envolvendo uso da Cinotecnia, além das operações de combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e as operações de apoio a outros órgãos, como o Ministério Público, o IBAMA, o ICMBio, dentre outras.

Quadro 2.2.2.3 – Ação 8698 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	8698		Tipo: Atividade			
Título	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação					
Iniciativa	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Objetivo	Sistema mantenido		Código:			
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		369.151,52	213.268,12	213.268,12		155.883,40

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
85.564,90	60.053,12	19.256,78			

A finalidade desta Ação é a reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do Órgão, despesas com telefonia fixa e móvel. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliação e manutenção da rede de dados e de telefonia do órgão, de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados, de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação, visando a manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação do Polícia Rodoviária.

Os recursos utilizados desta Ação foram utilizados, basicamente, para o pagamento de contratos de manutenção de rede de dados, telefonia fixa e móvel, manutenção de equipamentos de informática, locação de impressoras com fornecimento de material (outsourcing). Em menor escala, também foram utilizados para aquisição de materiais de consumo e permanentes para a área de TIC, a fim de que fosse cumprido o objetivo da Ação. Importante observar que

Quadro 2.2.2.4 – Ação 20IC – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	20IC		Tipo: Atividade			
Título	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON					
Iniciativa	Secretaria Nacional de Segurança Pública					
Objetivo	Operação apoiada		Código:			
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		772.763,90	187.777,85	187.777,85		584.986,05
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		

			Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

A finalidade da Ação é a aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública nas fronteiras brasileiras (aquisição de scanners veiculares, sistema de monitoramento e controle, sistemas de inteligência e interceptação de sinais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações e videoconferência; mobiliário e materiais diversos para atividades a serem realizadas nas fronteiras; reforma e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais); Capacitação de operadores de segurança pública para as áreas de fronteiras; Pagamento de Diárias e Passagens para realização de operações nas áreas de fronteiras, realização de capacitação de operadores de segurança, cursos, seminários, eventos, grupos de trabalho e de encontros técnicos.

Os recursos desta Ação foram destinados ao pagamento de diárias e passagens para as operações realizadas nas áreas de fronteira do país (como a Operação Sentinela, de âmbito nacional do DPRF). Também foram utilizados recursos desta Ação para aquisição de materiais de TIC, todos estes adquiridos ao final do ano, o que gerou a totalidade dos recursos inscritos em Restos a Pagar. Tanto o custeio das diárias e passagens como a aquisição de equipamentos na área de apoio à tecnologia da informação foram canalizados para o atingimento do objetivo da Ação.

Quadro 2.2.2.5 – Ação 7U23 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	7U23		Tipo: Projeto			
Título	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos					
Iniciativa	Ministério da Justiça					
Objetivo	Sistema implementado		Código:			
Programa	Segurança Pública com Cidadania		Código: 2070		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	30101 – Ministério da Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		704.637,00	704.637,00	704.637,00		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Os recursos desta Ação foram utilizados, em sua totalidade, para o custeio de diárias e passagens aos policiais que participaram do planejamento e da operacionalização dos chamados Grandes Eventos que ocorreram em 2013: a Copa das Confederações, no mês de junho, em diversos estados brasileiros; e a Jornada Mundial da Juventude, ocorrida em julho no estado do Rio de Janeiro. Cumpriram, portanto, o objetivo da Ação.

Quadro 2.2.2.6 – Ação 2907 – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	2907		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização da exploração da Infraestrutura Rodoviária					
Iniciativa	Ministério dos Transportes					
Objetivo	Vistoria realizada		Código:			
Programa	Transporte Rodoviário		Código: 2075		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	39101 – Ministério dos Transportes					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		46.510,40				46.510,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

A finalidade da Ação é a verificação dos encargos previstos em contratos e convênios; controle por resultados, com ênfase na observância das especificações, dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos e das normas técnicas aplicáveis; homologação dos reajustes e tarifas de pedágio e revisão destas; expansão da capacidade da rodovia; modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias. Envolve, também, o exame dos encargos previstos em convênios de delegação que se referem à execução de obras e serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação e melhoramento da rodovia, dos seus respectivos acessos e áreas de serviços. A fiscalização visa assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, mediante o controle do cumprimento das disposições contratuais e das metas estabelecidas nos contratos celebrados com as empresas concessionárias e nos convênios de delegação com os Estados da Federação.

Os recursos desta Ação foram utilizados para aquisição de materiais de sinalização e fiscalização, no final de 2013, para uso nas atividades rotineiras e operações da área fim da PRF.

Quadro 2.2.2.7 – Ação 20UB – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	20UB		Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário					
Iniciativa	Agência Nacional de Transportes Terrestres					
Objetivo	Veículo fiscalizado		Código:			
Programa	Transporte Rodoviário		Código: 2075		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	39250 – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		239.361,73				239.361,73
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

A finalidade desta Ação é a realização da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor, da execução permanente da fiscalização da prestação do serviço delegado, de serviços regulares e serviços especiais de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, além de coibir o transporte irregular, aplicando autuações e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados, e do transporte rodoviário de carga, aplicando autuações por descumprimento à legislação quanto ao excesso de peso, nas rodovias federais concedidas, vale pedágio obrigatório, transporte rodoviário internacional de cargas e ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas. Essas medidas tem o objetivo de garantir a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e de cargas.

Os recursos desta Ação foram utilizados para aquisição de materiais de sinalização e fiscalização, no final de 2013, para uso nas atividades rotineiras e operações da área fim da PRF.

Quadro 2.2.2.8 – Ação 14VN – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Identificação da Ação	
Código	14VN Tipo: Projeto
Título	Apoio à Realização dos Grandes Eventos
Iniciativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Objetivo	Iniciativa apoiada		Código:			
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					Código: 2125
Unidade Orçamentária	47101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		634.557,45	631.806,98	631.806,98		2.750,47
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

A finalidade da Ação é o apoio à modernização das forças de segurança pública e de defesa do território e patrimônio nacionais, e da infraestrutura de espaços públicos, por meio de aquisição de equipamentos, uso de tecnologia, realização de cursos para os profissionais que atuarão nos grandes eventos, implantação de centros de operações e melhoria de espaços públicos. Além disso, coordenação e supervisão, estimulando a integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais.

Os recursos desta Ação foram utilizados nas fases de preparação, planejamento e operacionalização dos Grandes Eventos ocorridos no ano de 2013, bem como na aquisição de materiais e equipamentos utilizados nas mesmas ocasiões.

Quadro 2.2.2.9 – Ação 8785 – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Identificação da Ação						
Código	8785		Tipo:			
Título	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC					
Iniciativa	Administração Geral					
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes		Código: 2126		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		46.613,51	46.613,51	46.613,51		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

A finalidade desta Ação é objetivar os gastos às seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.

Os recursos desta Ação foram utilizados, em sua totalidade, na Operação Pesquisa Rodoviária, ocorrida no segundo semestre de 2013, para o pagamento de diárias e passagens para servidores que se deslocaram para a realização dessa operação, sendo esta primordial para mensurar o atendimento a um dos objetivos macro estratégicos do órgão: a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

2.2.3. Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar Não Processados

2.2.3.1. Ação 2346 – restos a pagar não processados

Quadro 2.2.3.1 – Ação 2346 – Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar

Identificação da Ação					
Código	2346		Tipo: Atividade		
Título	Fisc. dos Serviços de Transp. Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros				
Iniciativa	ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre				
Objetivo	Veículo fiscalizado		Código:		
Programa	Segurança Pública nas Rodovias Federais		Código: 0663	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	39250 – Agência Nacional de Transporte Terrestre				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.897,99	11.788,98	109,01			

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DE GESTÃO

3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 3.1.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Análise Crítica: Essa UJ não possui em sua estrutura uma Área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno, esta estruturação está presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.</p> <p>Quanto ao código de conduta, informamos que este DPRF orienta seus servidores pelo Decreto N° 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO

As Corregedorias Regionais integram a estrutura das Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com a Portaria 1.375/07, do Sr. Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do DPRF, e contam com um Setor denominado Núcleo de Assuntos Internos. Também, como margens de atuação, a Corregedora Regional utiliza as Leis 8.112/90 e 9.784/99 e vários outros diplomas legais, dentre eles a Portaria nº 1.534/02, que instituiu o Regulamento Disciplinar do DPRF/MJ.

A Corregedoria tem como finalidade principal zelar pela boa conduta ética e moral de todos servidores, no uso de suas atribuições, buscando garantir que a lisura do serviço público seja perene e indeclinável. Assim, a Corregedoria Regional deve realizar ações preventivas e repressivas para coibir quaisquer ilícitos que possam ser praticados por servidores lotados na Regional.

Também deve reagir aos desvios de condutas detectados pela administração ou particulares, por meio de procedimentos administrativos disciplinares, apurando a prática de possíveis ilícitos, os quais podem culminar na aplicação de penalidades ao servidor infrator, caso configurada autoria e materialidade em uma infração disciplinar, buscando manter um estado de legalidade dos servidores no exercício de suas atribuições públicas a serviço da Administração.

Para efetivar de maneira ideal e adequada o serviço correccional, a Corregedoria Regional, utiliza parte das doutrinas da Corregedoria-Geral, atuando de forma a alcançar os seguintes macro-objetivos:

a) **Meta do macro-objetivo 1:** Reduzir o número de irregularidades geradoras de procedimentos disciplinares contra servidores.

Prevenção:

- **Conscientização dos policiais:** Reuniões e palestras são ministradas com o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, informando, de forma direta, que os procedimentos realizados pelos Servidores devem obediência às normas legais e regulamentares, devendo o Policial agir de forma ética, honesta e legal perante a sociedade. E, ainda, mostrar que os desvios de conduta são prejudiciais ao próprio autor e, conseqüentemente, à sociedade.
- **Presença da Corregedoria Regional nos Postos:** Com a implantação do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS), a Corregedoria Regional executa plano de ação preventiva, juntamente com os Chefes de Seções e Delegados, que realizam diariamente inspeções aos seus subordinados para que, de maneira eficiente, não cometam nenhum desvio de conduta.
- **Implementação da Instrução Preliminar:** com o advento da Instrução Normativa Nº 01-CG/DPRF, de 27 de janeiro de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 06, de 28 de janeiro de 2010, as Corregedorias Regionais, antes da abertura de quaisquer procedimentos disciplinares, realiza investigação preliminar destinada à obtenção de informações indispensáveis ao juízo da autoridade instauradora.

Apresentamos, a seguir, o quadro comparativo do número de denúncias (ocorrências geradoras de procedimentos), nos anos de 2012 e 2013:

Quadro 3.2.1 – Comparativo do número de denúncias entre 2012 e 2013

Ano	Número de denúncias
2012	68
2013	55

b) Meta do macro-objetivo 2: Melhorar os índices de avaliação de desempenho, de qualidade técnica, de suporte logístico e de recursos humanos.

Avaliação de desempenho: A Corregedoria-Geral busca melhorar o resultados das Corregedorias Regionais, por meio de avaliação de desempenho, na qual o Corregedor Regional tem a atribuição de atingir as diretrizes estabelecidas (Macro-objetivos).

Qualidade técnica: A Corregedoria Regional tem por objetivo maior amparar e subsidiar as ações dos servidores, para que possam desenvolver um trabalho de forma tranquila, segura, transparente e com excelência, o que já é uma marca registrada da PRF. Cada vez mais se aprimora os serviços executados pelas Corregedorias Regionais para que a sociedade perceba que eventuais desvios de conduta dos servidores estão sendo devidamente apurados.

Suporte logístico: Apesar das dificuldades encontradas, a Corregedoria-Geral ofereceu serviços de Suporte Logístico, com o objetivo de atender as necessidades das Corregedoria Regionais referentes a seus equipamentos, sistemas e instalações de trabalho, bem como, recursos financeiros para o efetivo serviço correccional.

Suporte de Recursos Humanos: ao longo dos anos, recrutamos, para melhor atender a demanda correccional, os melhores servidores com vocação para trabalhos relacionados à Instrução Preliminar, PAD e SAD, observando sua formação na área do Direito e capacitação em procedimentos disciplinares, bem como, a realocação de servidores que não tinham tino para o bom desempenho correccional.

Quadro 3.2.2 – Entradas e saídas de processos em 2013

<i>Processamentos em 2013</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Entradas</i>	<i>36</i>
<i>Saídas</i>	<i>14</i>
<i>Saldo</i>	<i>22</i>

Fonte: CG/DPRF/MJ

c) Meta do macro-objetivo 3: reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes (remanescentes de anos anteriores) até o final de 2014.

Quadro 3.2.3 – Processos pendentes em 2012 e 2013

Ano	Dez/2012	Dez/2013
Processos pendentes	29	22

Fonte: CG/DPRF/MJ

3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N° 1.043/2007 DO TCU

A falta de capacitação ainda é uma problemática, mesmo com o tour virtual, as informações não são suficientes para o esclarecimento de dúvidas e a base de treinamento não se encontra disponível. Tal ferramenta se disponibilizada, poderia servir, inclusive, de curso de capacitação; desta forma, evitar-se-ia conflitos e distorções encontradas em nível de relatório daquele sistema.

Todos os processos autuados no ano de 2013 estão implantados no sistema CGU-PAD.

Novamente a equipe da Corregedoria Regional sofreu alterações, tendo assumido um novo Corregedor Regional, acompanhado de mais 03 (três) servidores, os quais não possuem a capacitação para a utilização do sistema CGU-PAD. Atualmente os novos integrantes da Corregedoria Regional buscam auxílio dos mais antigos para o acesso e a atualização do sistema CGU-PAD, de forma a tornar as informações atuais e confiáveis.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A 19ª SRPRF/PA, não sendo Unidade Orçamentária, apenas executa os programas e ações de Unidades Orçamentárias, principalmente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sem perder no entanto o foco dos objetivos previstos nos programas e ações que executa, com vistas ao cumprimento pelo Governo Federal das metas e finalidades estabelecidas na Lei Orçamentária Anual. Diante do exposto e tendo em vista as orientações recebidas da DINOR/DPRF/MJ deixaremos de preencher os seguintes itens: 4.2, pois não constam passivos por inexistência de recursos; 4.4, pois não houve nenhum tipo de convênio ou acordo que tenha gerado repasse de recursos; 4.5, pois este órgão não trabalhou com suprimento de fundos em 2013; 4.6, pois não houve renúncia de receitas em 2013; assim como o item 4.7, que não constam precatórios para o ano em tela.

4.1. EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4.1.1.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200111	200112	0612221122000			18.792,47
	200111	200112	06181207020IC			5.957,62
Recebidos	200109	200111	0612221122000			2.919.270,72
	200109	200111	0618120702723			2.509.980,73
	200109	200111	0618120708698			362.731,33
	200109	200111	06181207020IC			201.155,47
	200109	200111	0618320707U23			704.637,00
	200109	200111	04121212514VN			634.557,45
	200109	200111	2612221268785			46.613,51
	200109	200111	2612520752907			46.510,40
	200109	200111	26782207520UB			239.361,73
	200230	200111	0612221122000			46.511,32
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	200109	200111	0612221122000	48.107,56		
	200109	200111	0618120708698	6.420,19		
	200109	200111	06181207020IC	577.566,05		

4.1.2. Realização de despesa

4.1.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 4.1.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.760.092,07	3.142.159,74	3.760.092,07	3.135.290,20
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	3.760.092,07	3.142.159,74	3.760.092,07	3.135.290,20
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	559.091,22	674.321,56	559.091,22	674.321,56
h) Dispensa	390.548,68	469.935,36	390.548,68	469.935,36
i) Inexigibilidade	168.542,54	204.386,20	168.542,54	204.386,20
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.767.475,70	2.419.491,66	2.767.475,70	2.419.491,66
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	2.767.475,70	2.419.491,66	2.767.475,70	2.419.491,66
5. Outros – Indenizações/Auxílios	113.837,19	95.516,99	113.837,19	95.516,99
6. Total (1+2+3+4+5)	7.200.496,18	6.331.489,95	7.200.496,18	6.324.620,41

4.1.2.2 – Despesas por grupo e natureza de despesa – créditos de movimentação

Quadro 4.1.2.2.1 – Despesas por grupo e natureza de despesa – créditos de movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
33.90.08	33.277,32	31.632,42	33.277,32	31.632,42			33.277,32	31.632,42
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.14	2.767.475,70	2.419.491,66	2.767.475,70	2.419.491,66			2.767.475,70	2.419.491,66
33.90.30	1.794.137,40	1.561.649,57	1.241.903,75	1.260.856,99	552.233,65	300.792,58	1.241.903,75	1.260.856,99
33.90.33	633.608,36	600.304,52	562.856,54	572.920,63	70.751,82	27.383,89	562.856,54	572.920,63
33.90.37	1.129.798,11	956.885,48	1.129.798,11	956.885,48			1.129.798,11	956.885,48
33.90.39	1.227.473,05	986.513,19	848.684,51	937.149,27	378.788,54	49.363,92	781.611,80	930.279,73
33.90.47	651,48	523,94	651,48	523,94			651,48	523,94
33.90.93	80.599,87	185.087,13	80.599,87	185.087,13			80.599,87	185.087,13
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
44.90.52	632.093,80	86.060,42	14.510,11	30.278,10	617.583,69	55.782,32	14.510,11	30.278,10
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

4.1.2.3. Análise Crítica

Em comparação às despesas do exercício 2012, observa-se que houve um aumento expressivo de recursos nas despesas de capital nesta Gestão. Isso se deve ao fato de terem sido alocados recursos do ENAFRON para aquisição de materiais de tecnologia da informação e comunicação, área essencial para o funcionamento das atividades operacionais do DPRF. Entretanto, o contingenciamento orçamentário foi presente durante todo o ano de 2013, sendo grande parte dos recursos liberados somente ao fim do ano, o que gerou o grande volume de recursos nos Restos a Pagar.

4.2. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.2.1. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 4.2.1.1 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	442.416,35	358.542,19	71.369,56	12.504,60
2011	17.512,50	1.760.418,60	88.526,82	17.512,50

Fonte: SIAFI

4.2.2. Análise crítica

O valor de R\$ 17.512,50 que fora inscrito nos Restos a Pagar não-processados no ano de 2011 se refere à aquisição de uniformes para o efetivo da 19ª SRPRF, cujo procedimento licitatório fora organizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109), tendo a 19ª SRPRF entrado como participante. O referido valor foi executado no início de 2013, após recebimento do material e liquidação da nota fiscal.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro 5.1.1.1 – Força de Trabalho na UJ – situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	390	390	2	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	390	390	2	20

Fonte: SIAPE

5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho na UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	38
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	6
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	28
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	3
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	6
4.1. Doença em Pessoa da Família	6
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	49
Fonte: SIAPE	

5.1.2. Qualificação da força de trabalho

5.1.2.1 Estrutura de cargos e funções

Quadro 5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	2	2		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	58	45	18	21
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	60	47	18	21

Fonte: SIAPE

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (situação apurada em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	51	126	104	47	17
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	51	126	104	47	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	5	7	27	7	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas	5	7		7	1
3. Totais (1+2)	56	133	131	54	18

Fonte: SIAPE

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (situação apurada em

31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo			5		170	187			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			5		170	187			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão					8	21			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções Gratificadas					8	20			
3. Totais (1+2)			5		178	207			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimento s e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercício s Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	42.088.730,20	20.756,88	4.261.945,51	1.591.705	1.697.088	341.230,91		1.175,96	14.832,31	50.017.464,77
	2012	42.280.534	13.361	4.700.240	46.299		2.119.773	28.397	122	39.335	50.067.270
	2011	41.986.399	16.104	4.475.841		1.668.170,32	2.048.984	43.595		66.463	49.685.523
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	126.529,68		13.640,67	6.820		3.648			1.089	151.727,35

	2012	130.853	29.103	19.454			3.648				183.058
	2011	42.177	11.877	2.176			1.672				57.902
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	2.819.813,63	3.297,04	443.914,35	137.357		101.887			3.040,85	3.509.310
	2012	3.056.750	92.508	374.897			152.453	3.411		3.041	3.683.059
	2011	3.216.660	98.296	369.614			143.452	3.872		7.330	3.839.223

Fonte: SRH/19ª SRPRF e DIPAG/DPRF

5.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	118	3
1.1 Voluntária	59	2
1.2 Compulsória	51	
1.3 Invalidez Permanente	7	1
1.4 Outras	1	
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	118	3

Fonte: SIAPE

5.1.4.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.1.4.2 – Instituidores de Pensão (situação apurada em 31/12)

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	28	3
1.1. Integral	28	3
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	18	
3. Total (1+2)	46	3

Fonte: SIAPE

5.1.5. Cadastramento no SISAC

5.1.5.1. Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 5.1.5.1 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
	Exercícios	Exercícios

	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	2	3	2	
Concessão de pensão civil		5		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	2	8	2	

5.1.5.2. Atos sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 5.1.5.2 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento		3		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais		3		

5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Quadro 5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria			1	3
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total			1	3
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

5.1.5.4. Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

Quadro 5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias		16		
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais		16		

5.1.6. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A Seção de Recursos Humanos desta Regional promove anualmente o recadastramento de servidores ativos, no intuito de manter seus dados cadastrais, tanto funcionais como pessoais de seus servidores em acordo com a legislação vigente.

Efetivamente na forma de controle de frequência encaminhada pela chefia imediata de cada servidor, analisa-se com maior acuidade aquele servidor que vier a possuir ou a assiduidade comprometida, ou ainda entradas e saídas destoantes do horário previsto para cumprimento de jornada laboral.

No ano anterior não houve situação que ensejasse o desencadeamento de uma investigação ou mesmo apuração administrativa referente à acumulação indevida, conforme o presente item.

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve providências tomadas a respeito, dado que não houve nenhuma situação que ensejasse providências para a regularização de situações acima nomeadas.

5.1.8. Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo: Foram observados os registros efetivados por meio do ponto eletrônico na Sede administrativa, com horário aberto com a somatória de 40h/semana, bem como nas Delegacias e UOPs através de frequência informada com instalação de horário compensatório para convocações, déficits, folgas, operações em datas festivas e feriados prolongados, cumprimento de ordens de missão, além de informações adicionais dos gestores. Tem se observado um contínuo decaimento dos índices de absenteísmo.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais: Visando prevenir acidentes de trabalho e, por

vezes doenças ocupacionais, realiza-se capacitação/aperfeiçoamento permanente dos servidores policiais, no âmbito da 19ªSRPRF/PA, com ações voltadas ao bom uso dos equipamentos e armamentos de dotação da Polícia Rodoviária Federal.

A capacitação e atualização do efetivo empregado na atividade policial revela-se prioridade na execução na ações de capacitação da PRF, sendo imprescindível para que o efetivo possa portar ou utilizar as armas letais e não-letais.

Os principais cursos de capacitação/atualização são: Espargidor de Pimenta; Condutores de Eletricidade com menor poder ofensivo – TASER; Atualização em Armamento e Tiro; Curso Básico de Direitos Humanos e Levantamento em Local de Acidente de Transito e Legislação de Transito.

Com esta preocupação com a saúde e bem-estar do servidor, nossa regional disponibiliza uma sala com equipamentos apropriados visando estimular a prática regular de exercícios físicos pelos seus policiais e servidores administrativos. Além da valorização do servidor por meio da realização de atividades culturais e esportivas desenvolvidas pelo sindicato com o total apoio da Superintendência.

Rotatividade (turnover): Este é o principal fator dificultante na gestão desta Regional. Em 2013 houve a remoção de policiais de forma precária, por conta de decisões judiciais favoráveis a servidores, o que gerou diminuição do efetivo, sem a devida reposição por parte da Administração Central.

Educação Continuada: A PRF, a nível nacional, trata da Capacitação como ação prioritária à execução de sua missão institucional. A realização de cursos na área operacional, como: Técnicas Policiais de Combate ao Crime, Operações de Choque e Controle de Distúrbios, Técnicas Policiais de Fiscalização de Transporte e Formação de Instrutores foram ações presentes no ano de 2013.

Disciplina: O DPRF exerce, por meio das Corregedorias Regionais, o poder disciplinar com a finalidade de adequar o servidor para o bom andamento da função pública. As ações de correição estão descritas no item correspondente deste RG.

Aposentadoria versus reposição do quadro: Em 2013, a 19ª SRPRF teve, em seu quadro funcional, a saída de 03 servidores por motivos de aposentadoria, sendo repostas parcialmente essa perda, com a entrada de 02 servidores, após o trânsito em julgado das nomeações sub judice dos respectivos. Tudo isso, contribuído com a remoção de 38 servidores para outras regionais, somados aos 88 servidores removidos em 2012, sem a devida reposição, tem diminuído a força de trabalho da Regional, prejudicando o atingimento de metas e ocasionando desativação de algumas Unidades Operacionais.

5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro 5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Estagiários	35	36	25	16	17
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Basicamente, os estagiários terceirizados que compõem o quadro exercem atividades de natureza burocrática, como movimentação e arquivo documental, movimentação eletrônica de processos, dentre outros.					

Fonte: SRH/19ª SRPRF

5.2.2. Informações sobre a contratação de serviço de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.2.2 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200111/00001							CNPJ: 00.394.494/0106-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	01/2010	02.589.131/0001-81	18/01/13	17/01/14	23	23					P
2011	V	O	09/2011	04.113.174/0001-11	22/12/12	22/12/13			13	13			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SICON/SIASG

5.2.3. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 5.2.3 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200111/00001							CNPJ: 00.394.494/0106-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	11	O	04/2012	61.600.839/0001-55	02/04/2013	01/04/2014			35	31	4	4	A
Observações:													
LEGENDA													
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 													

Fonte: SICON/SIASG e SRH/19ª SRPRF

5.2.4. Análise crítica dos itens 5.2.2 e 5.2.3

Não foram observados, durante o ano, ocorrências que dificultaram a prestação dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. Entretanto, foi observada grande dificuldade na fiscalização dos contratos em si, dado que os servidores que realizam tal função não dispõem de capacitação adequada para tal, nem há uma política que incentive o contínuo treinamento das atividades administrativas.

5.2.5. Composição do quadro de Estagiários

Quadro 5.2.5 – Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	4	4	4	
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	4	4	4	4	
2. Nível Médio	32	33	33	31	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	32	33	33	31	
3. Total (1+2)	36	37	37	35	167.943,21

Fonte: SIAPE e DIPAG/DPRF

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Relativamente à frota da 19ª SRPRF/PA, os veículos são de propriedade da União, não sendo utilizado o sistema de locação. As aquisições são planejadas e executadas pelo DPRF/MJ (UG 200109) e a regional, quando solicitada, informa a necessidade de veículos que via de regra não é atendida devido a carência de recursos. Existem veículos adquiridos através de Termo de Ajustamento de Conduta em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho. Os veículos que não possuem mais condições de uso são alienados através de leilão planejado e realizado pela regional (geralmente 1 por ano) e os recursos vão para a UG 200109 via GRU para serem utilizados na aquisição de novos veículos.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A) Legislação de que Regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008 – MPOG;
- Instrução Normativa nº 01, 31 de janeiro de 2012 – DPRF; e
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011 – DPRF.

B) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Tendo em vista as diversas atribuições da PRF como: combater o crime nas cidades e estradas federais, assim como monitorar e fiscalizar o tráfego de veículos, atuação dentro de áreas de mata características do estado em conjunto com outros órgãos de segurança pública (ações de combate ao trabalho escravo, crime ambiental), torna-se imprescindível o uso dos veículos.

C) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

Veículos totais da 19ª SRPRF/PA: 182
Veículos Operacionais Caracterizados: 140
Veículos Operacionais Descaracterizados: 16
Veículos Administrativos: 26
Automóveis: 129
Motocicletas: 46
Reboques: 5
Caminhões: 2

D) Média anual de quilômetros Rodados

Veículos Operacionais Caracterizados: 34.000 km
Veículos Operacionais Descaracterizados: 15.200 km
Veículos Administrativos: 19.300 km

E) Idade Média da Frota:

Veículos Operacionais Caracterizados: 3,8 Anos
Veículos Operacionais Descaracterizados: 6,6
Veículos Administrativos: 9
Automóveis: 5,4
Motocicletas: 3,3

Reboques: 9,6
Caminhões: 8

F) Custos associados à manutenção da Frota:

Gastos com Manutenção de Frota no ano de 2013: em torno de R\$ 536.445,00

Gastos com Abastecimentos da frota no ano de 2013: Média mensal de R\$ 59.089,00

Gastos com Documentação da Frota no ano de 2013: Em torno de R\$ 21.500,00

G) Observações Pertinentes à Gestão de Frota:

Atualmente não há, a nível regional, um plano de substituição de frota, uma vez que a aquisição de novas viaturas é realizada pela administração central do DPRF (UG 200109), cujas unidades adquiridas são repassadas conforme a manifestação de demanda das regionais. O controle da manutenção de frotas, por sua vez, é realizado pelo Gestor de Frota Regional, auxiliado por sub gestores presentes nas demais delegacias, tendo todos eles acesso ao sistema de manutenção. O gerenciamento da frota é realizada pela empresa Ecofrotas – Goodmaner (CPNJ: 03506.307/0001-57, contrato 01/2012, cuja gestão tem proporcionado agilidade e praticidade na manutenção da frota via web em tempo real, através do meio de pagamento eletrônico aceito na rede credenciada de oficinas, concessionárias e distribuições de peças.

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.2.1. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro 6.2.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PARÁ	13	13
	Altamira	1	1
	Ananindeua	1	1
	Belém	1	1
	Benevides	1	1
	Cachoeira do Piriá	1	1
	Capanema	1	1
	Castanhal	1	1
	Dom Eliseu	1	1
	Ipixuna do Pará	1	1
	Mãe do Rio	1	1
	Marabá	1	1
	Santa Maria do Pará	1	1
	Santarém	1	1
Subtotal Brasil		13	13
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		13	13

Fonte: 19ª SRPRF/PA

6.2.2. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro 6.2.2 – Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
200111	0411.00339.500-7	12	3	2.500,00	01/10/01			24.907,00	
200111	0415.00020.500-5	12	3	200,00	01/10/01			6.539,00	
200111	0427.00652.500-5	13	4	5.643.075,23	26/07/11			14.280,00	
200111	0429.00010.500-0	11	3	86.000,00	20/08/01			22.699,00	
200111	0439.00021.500-8	12	3	150,00	01/10/01			20.699,00	
200111	0443.00026.500-3	12	3	120.000,00	27/09/11			14.539,00	
200111	0447.00188.500-8	12	3	20.000,00	01/10/01			14.673,65	
200111	0483.00196.500-8	12	3	1.080,00	01/10/01				
200111	0531.00004.500-6	12	3	200,00	01/10/01			12.539,00	
200111	0535.00119.500-4	12	3	180,00	01/10/01			37.072,20	
200111	0583.00004.500-9	12	3	4.500,00	01/10/01			23.000,00	
200111	0587.00002.500-0	12	3	200,00	01/10/01			17.500,00	
200111	0621.00002.500-4	12	3	200,00	01/10/01			33.000,00	
Total									210.001,85
Fonte: SPIUNET e SIAFI									

Análise Crítica:

Durante o ano de 2013, o Agente de Infraestrutura Predial da 19ª SRPRF/PA concentrou esforços em elaborar o Termo de Referência para contratação de serviço de manutenção predial a todos os postos e sedes de Delegacias da Regional. As dificuldades encontradas (o Agente trabalhou sozinho o ano inteiro; diversas outras demandas foram incorporadas pela Administração ao longo do ano, grande parte delas infrutíferas; as diversas operações policiais que demandaram a convocação do Agente de Infraestrutura, dentre outras) fizeram com que o processo licitatório tivesse êxito somente no fim de 2013, tendo as empresas iniciado os serviços somente no início de 2014. Sobre a questão da avaliação dos imóveis, foram autuados processos administrativos para cada localidade, com o intuito de realizar avaliação de todos os imóveis da Regional; entretanto, a 19ª SRPRF/PA está programando, junto à SPU, as visitas de avaliação do Engenheiro responsável, para realizar a atualização devida.

7. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 7.1 – Gestão ambiental e Licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
	Cumprimento da legislação ambiental aplicada				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais: Não há uma política, tanto em âmbito regional como em âmbito nacional dentro do DPRF, que trate sobre os aspectos de licitações sustentáveis e gestão ambiental, tampouco existem incentivos para a prática, como capacitação, manual de procedimentos ou rotinas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.2. POLÍTICA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS REICLÁVEIS DESCARTADOS

Não há, no âmbito da 19ª SRPRF/PA, política de separação de resíduos descartáveis para reciclagem. Para 2014, não existem programações de palestras, cursos ou discussões acerca da implantação de uma política.

7.3. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 7.3 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel				-	5.230,00	4.612,50
Água				25.528,84	40.347,55	21.179,71
Energia Elétrica				328.247,46	382.751,28	367.803,39
			Total	353.776,30	428.328,80	393.595,60

Fonte: SIAFI

8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

A UJ não teve deliberações a atender de qualquer órgão, apenas por orientações informais da CGU quando da análise do Processo de Prestação de Contas do exercício 2011. Os orçamentos dos processos de contratações por Dispensa de Licitação continuaram a ser investigados pelo Núcleo de Inteligência de modo a averiguar a existência e a procedência das empresas nos endereços fornecidos nas propostas bem como a autenticidade das mesmas. Foi dada prioridade para o uso da Cotação Eletrônica no caso de Dispensas de Licitação de pequeno valor, bem como foi dada ênfase no uso do Pregão Eletrônico nas licitações.

8.1. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

8.1.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 8.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	3	51
	Entregaram a DBR	7	3	51
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SRH/19ª SRPRF

8.2. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **DAITI OSAKADA**, CPF nº **527.145.192-53**, **policia rodoviário federal**, exercido na **19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

DAITI OSAKADA

527.145.192-53

Policia Rodoviário Federal/19ª SRPRF

9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria PRF é o principal canal de acesso à Polícia Rodoviária Federal destinado a atender o cidadão em suas solicitações, denúncias, sugestões e manifestações de descontentamento quanto aos serviços prestados pelo Órgão.

Todas as demandas advindas de atendimentos presenciais e eletrônicos (e-mail) registradas no ano de 2013 foram acompanhadas de forma absolutamente ordenada (recepção – distribuição - atendimento), com vistas a conferir ao processo a atenção e o zelo necessários.

No ano de 2013 foram registradas 45 (quarenta e cinco) ocorrências (demandas) recebidas pela Ouvidoria, situada em Brasília, sendo oriundas de atendimentos feitos por meio eletrônico (e-mail), e repassadas à Equipe de Interlocutores da Regional, conforme relatório em anexo.

O canal de acesso do cidadão mais utilizado é o serviço 191 – número de emergência da PRF, que em 2013 recebeu 15.695 ligações, sendo 13.505 trotes, o que representa cerca de 87,5% do total de chamadas recebidas. Esse meio é principalmente utilizado para informar sobre acidentes e ocorrências criminosas, e denunciar motoristas em condução perigosa, além de solicitações de informações acerca das condições das rodovias federais no estado, trajetos, interdições e horário de restrição para veículos pesados em períodos de feriados.

Quando a PRF instituiu seu Plano Estratégico para de 2013-2020, definiu como “Retorno à Sociedade” o seguinte conjunto de resultados:

- I - reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- II - assegurar a livre circulação nas rodovias federais;
- III - contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país; e
- IV - aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Para o atingimento desses objetivos a PRF realizou uma pesquisa de opinião visando construir conhecimento acerca da Percepção de Segurança nas Rodovias Federais junto aos usuários, visando aferir o quanto estes se sentem seguros quando trafegando em rodovias federais, em relação à possibilidade de serem vítimas de ações criminosas ou de se envolverem em acidentes de trânsito. Para isso, foram mobilizados 14 servidores que coletaram os dados no período de 9 a 23 de dezembro 2013. A análise dos aspectos objetivos e subjetivos dos dados ainda não foram finalizados pela Coordenação Nacional da Pesquisa de Segurança Rodoviária do DPRF.

10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

10.1.1. NBC T 16.9

A referida norma estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, apurados sobre os valores dos bens componentes do Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, integrantes do grupo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de entidades do setor público.

Em complemento a esta norma, foram observados os procedimentos de análises contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde consta uma padronização mínima das depreciações a serem efetuadas, conforme a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Dessa forma, as análises levadas a efeito revelaram que a Unidade Gestora não efetuou adequadamente as depreciações, amortizações e exaustões, cujas disfunções foram objeto de registro de conformidade contábil com restrição (código 106) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, nas seguintes contas contábeis:

- 14.212.06.00 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
- 14.212.28.00 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial
- 14.212.35.00 – Equipamentos de Processamentos de Dados
- 14.212.52.00 – Veículos de Tração Mecânica

10.1.2. NBC T 16.10

A citada norma define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

As análises evidenciaram o que segue:

– Disponibilidades – caracterizadas pelos valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, em operações internas (nacionais), pelo valor de cada operação. Foi identificado o seguinte recurso disponível por fonte (conta contábil 19.329.02.00):

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
150	Recursos oriundos, sobretudo (98,09%), da alienação de veículos	870.700,00

– Créditos e Dívidas – os direitos, títulos e créditos foram registrados pelo valor original, em consonância com o disposto na norma sob comento.

Inexiste saldo de Créditos a Receber nesta Unidade Gestora.

As Obrigações em Circulação (dívidas) descritas Balanço Patrimonial retratam, em sua maior parte (99,79%), os Restos a Pagar não Processados a Liquidar.

– Estoques – Os materiais em estoque desta Unidade Gestora apresentaram conformidade em 2012 com os registros contábeis na conta 11.318.01.00 – Material de Consumo, os quais foram mensurados pelo valor de aquisição.

– Investimentos permanentes – Inexistem registros de participações em empresas e em consórcios público ou público-privado avaliados pelo método de equivalência patrimonial na Unidade Gestora sob análise.

– Imobilizado – Os bens patrimoniais imóveis desta Unidade Gestora não estão devidamente atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet da Secretaria de Patrimônio da União- SPU.

Os bens patrimoniais móveis, acompanhados mediante o Relatório Mensal de Bens Móveis – RMB, emitidos por esta Unidade Gestora, estão em conformidade com os registros contábeis e com as normas afins.

A Unidade Gestora apresentou bens móveis em trânsito, durante 2012, devidamente acompanhados pelo setor de Patrimônio, registrados pelo valor de aquisição.

– Intangível – A Unidade Gestora não possui bens intangíveis.

– Diferido – O item 35 da referida NBC T não se aplica à Unidade Gestora.

– Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável – a Unidade Gestora não procedeu adequadamente à reavaliação de bens no período sob análise, logo, não atendeu às orientações constantes nesta norma. Esse fato motivou o registro de conformidade contábil com restrição (código 115) em 2012.

10.1.3. Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto nos itens 10.1.1 e 10.2.2

Os registros contábeis referentes à reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão não foram efetuados, cujas disfunções foram objeto de registro de conformidade contábil com restrição em 2012, demonstradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

10.1.4. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ

De acordo com o Demonstrativo de Variações Patrimoniais da Unidade Gestora, não houve impacto no resultado, uma vez que não foram efetuados os registros de depreciação, amortização, exaustão, de reavaliação e redução a valor recuperável em 2012.

10.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
19º SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200111		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 606 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULANTE; b) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; c) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CONT/DPROG/SEM/J
Coordenador

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1. INFORMAÇÕES NÃO EXIGIDAS NO ANEXO II DA DN 127/2013 QUE SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

Quadro 11.1.1 – Operações realizadas em 2013

LOCAL DA OPERAÇÃO (Delegacia ou Posto)	MÊS	DATA INÍCIO (Dia/Mês)	DATA FIM (Dia/Mês)	ATIVIDADE REALIZADA	NOME DA OPERAÇÃO
5ª DEL / PA	Janeiro	1/jan	2/jan	Fiscalização de Trânsito	Ano Novo
5ª DEL / PA	Janeiro	15/jan	17/jan	Fiscalização de Trânsito	Motorista Saudável
1ª DELEGACIA	Janeiro	18/jan	20/jan	Fiscalização de Alcoolemia	Operação Cerco a Baco I
1ª DEL / Santa Maria	Janeiro	21/jan	25/jan	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO DUAS RODAS
03 Del / PA	Janeiro	21/jan	31/jan	Comandos Específicos	Operação Sudeste
2ª DEL / PA	Janeiro	24/jan	26/jan	Fiscalização de Alcoolemia	Zero Grau I
01 Del / PA	Fevereiro	4/fev	7/fev	Feriados Nacionais	Operação Carnaval
1ª DEL / PA	Fevereiro	7/fev	14/fev	Feriados Nacionais	Carnaval
5ª DEL / PA	Fevereiro	7/fev	8/fev	Combate ao Crime	Carnaval
2ª DEL / PA	Fevereiro	8/fev	10/fev	Fiscalização de Trânsito	Transito Seguro I
1ª DELEGACIA	Fevereiro	8/fev	17/fev	Fiscalização de Alcoolemia	Operação Cerco a Baco II/Carnaval
1ª DEL / Capanema	Fevereiro	18/fev	22/fev	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO MOMO
2ª DEL / Mãe do Rio	Fevereiro	21/fev	21/fev	Operações com Cães	Operação Comanche
1ª DEL / Santa Maria	Fevereiro	25/fev	27/fev	Fiscalização de Excesso de Peso	Operação Carga Pesada
5ª DEL / PA	Fevereiro	27/fev	3/mar	Fiscalização de Trânsito	Presença

5ª DEL / PA	Março	10/mar	11/mar	Fiscalização de Trânsito	Cinzas
2ª DEL / PA	Março	5/mar	7/mar	Fiscalização de Transporte de Produtos Perigosos	Operação Carga Segura
05 Del / PA	Março	11/mar	25/mar	Comandos Específicos	Operação Tapajós
2ª DEL / Mãe do Rio	Março	18/mar	22/mar	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO 010
1ª DELEGACIA	Março	20/mar	22/mar	Operações com Cães	Operação Rota Segura I
5ª DEL / PA	Março	25/mar	26/mar	Operações Especiais	Trânsito Seguro
2ª DEL / PA	Março	29/mar	31/mar	Fiscalização de Trânsito	Transito Seguro II
01 Del / PA	Março	27/mar	1/abr	Feriados Nacionais	Operação Semana Santa
04 Del / PA	Abril	2/abr	16/abr	Combate ao Crime	Operação Belo Monte I
2ª DEL / PA	Abril	8/abr	9/abr	Comandos Específicos	Comando Médico I
2ª DEL / Dom Eliseu	Abril	15/abr	19/abr	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO 010
02 Del / PA	Abril	16/abr	19/abr	Operações com Cães	Combate ao Crime
1ª DELEGACIA	Abril	19/abr	21/abr	Fiscalização de Excesso de Peso	Operação Manta Rasgada I
5ª DEL / PA	Abril	21/abr	22/abr	Fiscalização de Alcoolemia	Tiradentes
5ª DEL / PA	Abril	22/abr	22/abr	Policimento Ostensivo	Feriado Municipal
01 Del / PA	Abril	29/abr	3/mai	Policimento Ostensivo	Operação Viseu
1ª DELEGACIA	Abril	29/abr	3/mai	Operações Especiais	Operação Rota Segura II
1ª DEL / PA	Abril	30/abr	2/mai	Feriados Nacionais	Dia do Trabalho
1ª DELEGACIA	Abril	30/abr	1/mai	Fiscalização de Trânsito	Dia do Trabalho
5ª DEL / PA	Mai	1/mai	2/mai	Fiscalização de Trânsito	Dia do Trabalho
5ª DEL / PA	Mai	13/mai	27/mai	Combate ao Crime	Operação Castelo dos Sonhos

2ª DEL / Rondon do Para	Maio	13/mai	17/mai	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO RONDON
1ª DEL / Capanema	Maio	17/mai	17/mai	Operações com Cães	Operação Comanche II
2ª DEL / PA	Maio	18/mai	20/mai	Comandos Específicos	Criança Feliz
01 Del / PA	Maio	28/mai	29/mai	Feriados Nacionais	Operação Corpus Christi
1ª DEL / PA	Maio	29/mai	3/jun	Feriados Nacionais	Corpus Christi
1ª DELEGACIA	Maio	29/mai	2/jun	Fiscalização de Trânsito	Corpus Christi
5ª DEL / PA	Junho	5/jun	9/jun	Fiscalização de Trânsito	Presença II
2ª DEL / PA	Junho	11/jun	13/jun	Fiscalização de Transporte Coletivo de Passageiros	Transito Seguro III
02 Del / PA	Junho	11/jun	14/jun	Comandos Específicos	Trânsito seguro III
02ª DEL/ Mãe do Rio	Junho	14/jun	14/jun	Operações com Cães	Comanche III
1ª DEL / Benevides	Junho	16/jun	22/jun	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO METROPOLE
5ª DEL / PA	Junho	22/jun	24/jun	Policimento Ostensivo	Feriado Municipal
1ª DEL/PA	Junho	26/jun	26/jun	Fiscalização de Trânsito	Fumaça Negra
01 Del / PA	Junho	27/jun	1/jul	Combate ao Crime	Operação Gurupi
1ª DELEGACIA	Junho	27/jun	1/jul	Operações Especiais	Operação Rota Segura III
5ª DEL / PA	Junho	30/jun	31/jul	Fiscalização de Trânsito	Férias Escolares
02 Del / PA	Julho	3/jul	7/jul	Comandos Gerais	Operação Boa Viagem I
1ª DEL / PA	Julho	4/jul	6/ago	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares

1ª DEL / PA	Julho	4/jul	6/ago	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares
1ª DEL / PA	Julho	4/jul	8/jul	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares
1ª DEL / PA	Julho	5/jul	5/ago	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares
3ª DEL / Marabá	Julho	6/jul	15/jul	Reforço em Eventos (Festas, Feiras, etc)	OPERAÇÃO EXPOAMA
1ª DEL / Santa Maria	Julho	10/jul	11/jul	Operações com Cães	Comanche IV
1ª DEL / PA	Julho	11/jul	15/jul	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares
1ª DEL / PA	Julho	18/jul	22/jul	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares
01 Del / PA	Julho	19/jul	20/jul	Policiamento Ostensivo	Férias escolares
1ª DEL / PA	Julho	25/jul	29/jul	Feriados Regionais / Municipais	Férias Escolares
2ª DEL / PA	Julho	26/jul	28/jul	Fiscalização de Trânsito	Boa Viagem I
01 Del / PA	Julho	26/jul	27/jul	Policiamento Ostensivo	Férias escolares
3ª DEL / Marabá	Julho	29/jul	31/jul	Fiscalização de Transporte de Produtos Perigosos	Operação Carga Segura II
2ª DEL / PA	Agosto	1/ago	3/ago	Fiscalização de Alcoolemia	Grau Zero II
5ª DEL / PA	Agosto	15/ago	15/ago	Fiscalização de Trânsito	Feriado Regional
1ª DELEGACIA	Agosto	15/ago	17/ago	Fiscalização de Transporte de Produtos Perigosos	Operação Carga Segura
1ª DELEGACIA	Agosto	29/ago	31/ago	Fiscalização de Alcoolemia	Operação Cerco a Baco III

1ª DELEGACIA	Setembro	4/set	9/set	Policimento Ostensivo	Independência
1ª DEL / PA	Setembro	7/set	7/set	Feriados Nacionais	Independência
5ª DEL / PA	Setembro	7/set	9/set	Fiscalização de Trânsito	Independência
Sede	Setembro	7/set	7/set	Desfile Cívico	Operação Pátria
5ª DEL / PA	Setembro	15/set	19/set	Fiscalização de Trânsito	Sairé
05 Del / PA	Setembro	16/set	25/set	Combate ao Crime	Floresta Viva III
5ª DEL / PA	Setembro	18/set	25/set	Fiscalização de Alcoolémia	Semana do Trânsito
2ª DEL / Dom Eliseu	Setembro	18/set	23/set	Reforço em Eventos (Festas, Feiras, etc)	OPERAÇÃO EXPOADE
1ª DELEGACIA	Setembro	19/set	20/0913	Fiscalização de Excesso de Peso	Operação Manta Rasgada II
2ª DEL / PA	Setembro	20/set	22/set	Fiscalização de Alcoolémia	Grau Zero III
5ª DEL / PA	Setembro	25/set	29/set	Fiscalização de Trânsito	Presença III
1ª DEL / PA	Outubro	30/set	6/out	Feriados Regionais / Municipais	Cinturão Cívico
1ª DEL / PA	Outubro	30/set	14/out	Feriados Regionais / Municipais	Cívico de Nazaré
1ª DEL / PA	Outubro	7/out	14/out	Feriados Regionais / Municipais	Cívico de Nazaré
1ª DELEGACIA	Outubro	8/out	15/out	Operações de Segurança e Escolta	N. Sra. Aparecida
1ª DEL / PA	Outubro	12/out	12/out	Feriados Nacionais	N. Sra. Aparecida
5ª DEL / PA	Outubro	12/out	14/out	Policimento Ostensivo	N. Sra. Aparecida
01 Del / PA	Outubro	23/out	27/out	Comando de Identificação Veicular	Operação São Miguel
1ª DELEGACIA	Outubro	23/out	15/out	Combate ao Crime	Operação Rota Segura IV
2ª DEL / Mãe do Rio	Outubro	24/out	29/out	Reforço em Eventos (Festas, Feiras, etc)	OPERAÇÃO FORTALEZA

2ª DEL / PA	Outubro	25/out	27/out	Fiscalização de Alcoolemia	Grau Zero IV
5ª DEL / PA	Outubro	28/out	28/out	Fiscalização de Trânsito	Dia do servidor
01 Del / PA	Outubro	30/out	31/out	Feriados Nacionais	Operação Finados
1ª DEL / PA	Novembro	31/out	4/nov	Feriados Nacionais	Finados
2ª DEL / PA	Novembro	1/nov	2/nov	Fiscalização de Transporte Coletivo de Passageiros	Boa Viagem II
5ª DEL / PA	Novembro	1/nov	2/nov	Comando Temático	Finados
5ª DEL / PA	Novembro	2/nov	4/nov	Fiscalização de Trânsito	Finados
01 Del / PA	Novembro	12/nov	14/nov	Feriados Nacionais	Operação República
1ª DEL / PA	Novembro	13/nov	19/nov	Feriados Nacionais	Proclamação da República
5ª DEL / PA	Novembro	15/nov	15/nov	Combate ao Crime	Proclamação da República
03 Del / PA	Novembro	19/nov	25/nov	Combate ao Crime	Operação Repartimento
3ª DEL / Marabá	Novembro	24/nov	30/nov	Fiscalização de Motocicletas, Ciclomotores	OPERAÇÃO ARREIMATE
5ª DEL / PA	Novembro	28/nov	28/nov	Comando Temático	Comando saúde
04 Del / PA	Dezembro	1/dez	15/dez	Combate ao Crime	Operação Belo Monte III
2ª DEL / PA	Dezembro	4/dez	6/dez	Fiscalização de Trânsito	Boa Viagem III
5ª DEL / PA	Dezembro	4/dez	8/dez	Fiscalização de Trânsito	Presença IV
1ª DELEGACIA	Dezembro	5/dez	6/dez	Combate ao Crime	Operação Rota Segura V
5ª DEL / PA	Dezembro	7/dez	9/dez	Combate ao Crime	Feriado Municipal
1ª DELEGACIA	Dezembro	12/dez	31/dez	Combate ao Crime	Operação Rota Segura VI
1ª DEL / PA	Dezembro	19/dez	2/jan	Feriados Nacionais	Fim de Ano

01 Del / PA	Dezembro	21/dez	23/dez	Policimento Ostensivo	Operação Fim de Ano
19ª SRPRF		1/jan	31/dez	Operações Especiais	Comissão de Gestão de Pátio

Fonte: SPF/PA